



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026 - ELETRÔNICA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 061/2026**

O Município de Canarana-MT, por intermédio do Sr. **DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA**, membro da equipe de apoio ao agente de contratação, designada pela Portaria nº 103/2026 de 19/02/2026, leva ao conhecimento dos interessados que realizará ***Dispensa Eletrônica - com itens de participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e sediadas local ou regionalmente***, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do **art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021**, corrigida pelo Decreto Federal 12.807/2025, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3377/2023, Decreto Municipal nº 2.796/2017 e demais normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar **Dispensa Eletrônica** mediante as condições estabelecidas neste Edital. A sessão pública será realizada, via **internet**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidores integrantes do quadro da Secretaria Municipal de Administração e Serviços Gerais, denominados (as) Agente de Contratação e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante do portal de compras deste município denominado **LICITANET - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: **[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** e no **[pnpc.gov.br](http://pnpc.gov.br)** (portal nacional de contratações públicas).

**→ DA SESSÃO PÚBLICA:**

- 1. Recebimento das propostas:** A partir da publicação;
- 2. Fim do prazo das propostas:** 02/07/2026 às 07:59:59 h (Brasília);
- 3. Início da disputa de preços:** 02/07/2026 às 08:00 h (Brasília);
- 4. Fim da sessão de disputa de preços:** 02/07/2026 às 14:00 horas (Brasília).

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para a elaboração de **PSCIP – Projetos de Segurança e Combate a Incêndio e Pânico** de Escolas Municipais e Postos de Saúde (PSF's) para protocolo junto ao Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com o termo de referência, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:**

2.1. Poderão participar desta Contratação Direta **exclusivamente as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, sediadas local ou regionalmente**, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como as sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007, pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que estejam, obrigatoriamente, cadastrados no sistema eletrônico utilizado neste processo.

2.1.1. A regionalização a que se refere o Decreto Municipal nº 2796/2017, são os estabelecidos pelo CODEMA, a saber: **1. Água Boa; 2. Campinápolis; 3. Canarana; 4. Cocalinho; 5.**



**Gaúcha do Norte; 6. Nova Nazaré; 7. Nova Xavantina; 8. Querência; e 9. Ribeirão Cascalheira.**

2.1.2. **Todos os itens** do termo de referência estão com os valores estimados **abaixo de R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) e diante disso **serão de participação exclusiva** por empresas enquadradas como MICRO EMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE **sediadas local ou regionalmente**.

## 2.2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.2.1. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 170, inciso IX, consagra como princípio da ordem econômica o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

2.2.2. Ainda, o art. 179 determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão dispensar às microempresas e empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, com vistas à simplificação de suas obrigações e ao fomento de sua atividade.

2.2.3. Nesse sentido, foi editada a Lei Complementar nº 123/2006, que, em seus artigos 47 a 49, institui normas específicas de incentivo à participação das MEs e EPPs nas contratações públicas. Em destaque:

- Art. 47 – *Estabelece a obrigatoriedade de tratamento diferenciado para MEs e EPPs, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, incentivar a inovação e ampliar a eficiência das políticas públicas;*
- Art. 48, inciso I – *Determina que a Administração deverá realizar licitação exclusiva para ME e EPP nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00;*
- Art. 49, inciso II – *Permite restringir a participação ao âmbito local ou regional, desde que existam no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP na região definida.*

2.2.4. A Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), em seu art. 4º, expressamente determina a aplicação das disposições da LC nº 123/2006 às licitações regidas pela nova lei. Complementarmente, o Decreto Federal nº 8.538/2015 (alterado pelo Decreto nº 10.273/2020) define que as contratações públicas devem promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, conceituando como:

- *Âmbito local: os limites geográficos do município onde será executado o objeto;*
- *Âmbito regional: limites do estado, da microrregião ou da região metropolitana, conforme classificação do IBGE.*

## 2.3. MOTIVAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.3.1. A adoção da preferência local para participação nas contratações públicas está alicerçada nos seguintes fundamentos técnicos e administrativos:

a) Fomento ao desenvolvimento econômico local:

- Geração de emprego e renda no próprio município;
- Fortalecimento de empresas locais, promovendo sua sustentabilidade e competitividade;
- Redução das desigualdades regionais, incentivando o crescimento de áreas menos desenvolvidas.

b) Otimização logística e eficiência contractual:

- Redução de custos com transporte e entrega, devido à proximidade geográfica;
- Cumprimento mais ágil de prazos e entregas, aumentando a eficiência administrativa;



- Facilidade no acompanhamento e fiscalização dos contratos, garantindo maior qualidade e conformidade. c) Estímulo à participação e qualificação de fornecedores locais
- Inclusão econômica de MEs e EPPs, ampliando seu acesso ao mercado institucional;
- Capacitação progressiva dessas empresas para futura participação em certames mais amplos.

#### 2.4. DA EXISTÊNCIA DE FORNECEDORES LOCAIS E/OU REGIONAIS APTOS:

2.4.1. Conforme levantamento prévio de mercado, verificou-se a existência de, no mínimo, 03 (três) empresas locais aptas, conforme item 9.6, “2” do termo de referencia, com capacidade técnica e regularidade jurídica, para atender ao objeto da contratação. Essa condição atende ao requisito legal previsto no art. 49, II, da LC nº 123/2006, viabilizando a adoção da preferência local E/OU regional.

2.4.2. Considerando região, a definição do CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Médio Araguaia, conforme Decreto Municipal 2.796/2017 que Regulamenta no Município o tratamento diferenciado, simplificado, regionalizado e favorecido às **ME's** e/ou **EPP's** sediadas local ou regionalmente.

2.4.3. Através de pesquisa realizada nos municípios que compõem o **CODEMA**, foram identificados fornecedores competitivos enquadrados como **ME/EPP** sediadas local e regionalmente nos municípios pertencentes ao consórcio capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

2.4.4. Segundo entendimento já proferido pelo E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o alcance da expressão “**regionalmente**”, para fins do art. 49, inciso II, da Lei Complementar no 123/06, deve ser delimitado, definido e justificado pela própria Administração, no âmbito de cada procedimento licitatório.

2.4.5. O Administrador deverá demonstrar, motivadamente, que foram levados em consideração as particularidades do objeto licitado, bem como o princípio da razoabilidade e os objetivos do tratamento diferenciado dispensado às MEs e EPPs, previstos no art. 47 da Lei Complementar n. 123/06.

2.4.6. Não há na própria lei complementar nenhuma definição sobre o critério de regionalidade descrito no inciso II do artigo 49 da LC 123/2006, citando a afirmação do TCE/MG, no Processo 887.734 de 03/07/2013 de que:

*a) O alcance da expressão “regionalmente”, para fins do art. 49, inciso II, da Lei Complementar n. 123/06, deve ser delimitado, definido e justificado pela própria Administração, no âmbito de cada procedimento licitatório.*

*b) Quando da delimitação e da definição, o Administrador deverá demonstrar, motivadamente, que foram levados em consideração as particularidades do objeto licitado, bem como o princípio da razoabilidade e os objetivos do tratamento diferenciado dispensado às MEs e EPPs, previstos no art. 47 da Lei Complementar no 123/06. (grifo nosso)*

2.4.7. Desta forma, é necessário definir, por norma local/regional ou no instrumento convocatório, o que o ente entende por local e por regional. Se o primeiro geralmente coincide com o município e não gera muitas dúvidas, o segundo vai variar conforme cada realidade. Pode-se usar alguma classificação de divisão territorial do estado, do IBGE.

2.4.8. Como já citado, o município editou Decreto Municipal Nº 2.796/2017, que concede tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, considerando os limites geográficos definidos pelo CODEMA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Médio Araguaia, que abrange 09 (nove) municípios.



2.4.9. Visando justificar a regionalização da licitação para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico local e/ou regional e garantir a competitividade e sustentabilidade do processo licitatório, pontuamos e apresentamos aqui algumas justificativas:

## 2.5. ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS:

2.5.1. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), em diversos julgados (como o Processo nº 887.734 e a Denúncia nº 987.564), já consolidou o entendimento de que: *“É admissível a limitação da licitação ao âmbito local ou regional, desde que existam pelo menos três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP, devidamente justificada tal delimitação pela Administração, com base no objeto contratado, nas condições de mercado e na razoabilidade.”*

2.5.2. Também o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), deliberou sobre o assunto e no acórdão nº 877/2016 e o relator do processo, conselheiro Nestor Baptista, votou pela resposta do Tribunal de acordo com a instrução da DCM.

2.5.3. Ele lembrou que basta que existam três MEs e EPPs no município ou região, mas que o fato da licitação ter um baixo número de concorrentes por falhas na divulgação é inaceitável. Quanto à definição de região para fins da aplicação da LC nº 123/2006, o relator destacou que a metodologia deve pautar-se em fundamentos pré-estabelecidos, seja por instituições reconhecidas, como o IBGE, ou por lei municipal. Ele frisou que, seja qual for o conceito definido, a região ter sempre área superior à dos limites geográficos do município.

2.5.4. Os conselheiros aprovaram por unanimidade o voto do relator, na sessão do Tribunal Pleno de 28 de janeiro. O Acórdão 877/16 - Tribunal Pleno foi publicado em 15 de março, na edição 1.318 do Diário Eletrônico do TCE-PR, veiculado no portal [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br).

2.5.5. Por fim, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, no dia 21/10/2015, em atendimento ao processo nº **19.396-8/2015**, em pesquisa formalizada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, sobre a relatoria da Conselheira Interina **JAQUELINE JACOBSEN**, baixou a Resolução de Consulta nº 017/2015, onde está, dentre os demais assuntos em relação às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), decidiram o que mencionamos *“in verbis”*

(...)

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, nos termos dos artigos 1º, XVII, 48 e 49, todos da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), e dos artigos 29, XI, e 81, IV, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), **resolve, por unanimidade, acompanhando o voto da Relatora e de acordo, com o Parecer nº 5.644/2015 do Ministério Público de Contas, responder ao consulente que:** 1) Para efeito de aplicação do § 3º do art. 48 e do inciso II do artigo 49 da LC 123/2006, a expressão **“sediadas no local” reporta-se ao município (ente federado) no qual se realiza a licitação para a contratação pública;** 2) para efeito de aplicação do § 3º do art. 48 e do inciso II do artigo 49 da LC 123/2006, a abrangência do termo **“regionalmente” deve ser delimitada e fixada na fase interna do certame, no Termo de Referência ou no Projeto Básico, conforme for o caso, e devidamente justificada pela própria Administração Pública**, considerando as especificidades de cada objeto a ser adquirido, o princípio da razoabilidade, o respectivo mercado fornecedor e o cumprimento dos objetivos insculpidos no caput do artigo 47 da Lei; 3) **na fase interna da licitação, a Administração licitante deve aferir se existem no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como MPE’s, sediados local ou regionalmente, e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Não existindo, aplica-se a regra excludente prevista no inciso II do artigo 49 da LC 123/2006;** (...)





2.5.6. Por fim, verifica-se ainda que município de Canarana-MT, **teve julgado improcedente e arquivado o processo nº 206.774-9/2025**, de representação de natureza externa com pedido de tutela provisória de urgência, impetrado pela própria **MEP LICITAÇÕES**, representando a empresa **Protege Extintores Ltda**, e conforme julgamento singular nº 353/GAM/2026 do Conselheiro Relator Guilherme Antonio Maluf do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, **publicado em 29/04/2026**. Em sua decisão o conselheiro menciona que:

*A Lei n.º 14.133/2021, ao disciplinar o novo regime de licitações e contratos administrativos, reforçou essa orientação ao incorporar instrumentos que viabilizam a licitação regionalizada, reconhecendo-a como ferramenta legítima para conciliar a competitividade com o fortalecimento das economias locais, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o estímulo à atividade empresarial de menor porte. No caso concreto, não se identifica atuação discricionária desprovida de motivação, haja vista que a opção administrativa foi expressamente fundamentada no Decreto Municipal n.º 2.796/2017, que regulamenta o tratamento diferenciado e regionalizado no âmbito do Município de Canarana, bem como na Resolução de Consulta n.º 17/2023, deste Tribunal, a qual admite a restrição geográfica em caráter excepcional, desde que prevista em regulamento específico e acompanhada de justificativa voltada ao desenvolvimento regional, requisitos que se mostram atendidos. Ressalto, ainda, que a Administração demonstrou ter realizado levantamento prévio do mercado, identificando a existência de número significativo de empresas aptas a fornecer o objeto na região do consórcio CODEMA, que engloba nove municípios, o que afasta a alegação de direcionamento ou de esvaziamento da competitividade, uma vez que o certame se manteve aberto a um universo relevante de potenciais fornecedores. Diante desse conjunto, verifico que os atos administrativos praticados pelos responsáveis guardam aderência à legislação, aos princípios da razoabilidade e da competitividade, não se constatando qualquer vício material ou formal capaz de invalidar a habilitação das empresas participantes. Ante o exposto, com fundamento no art. 97, III, do RITCE/MT, acolho a manifestação da 4ª Secex e o Parecer Ministerial n.º 4.946/2025, de autoria do Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps, e **DECIDO** no sentido de **ratificar o juízo de admissibilidade** da presente RNE, proposta pela empresa Protege Extintores Ltda., em desfavor da Prefeitura Municipal de Canarana, e, **no mérito, julgá-la improcedente em razão da ausência de irregularidade** no Edital da Dispensa Eletrônica n.º 017/2025 (Processo Administrativo n.º 080/2025), com o consequente arquivamento do feito.(negritos originais)*

2.5.7. Diante de todo o acima exposto, considerando:

- O respaldo constitucional e legal da medida;
- Os objetivos de promoção do desenvolvimento local e/ou regional;
- A eficiência na execução dos contratos administrativos;
- A existência de fornecedores locais e/ou regionais em condições de atender à demanda;

2.5.8. Justifica-se plenamente a adoção da preferência à participação de empresas sediadas local e/ou regionalmente nas licitações promovidas por este Município, nos termos dos arts. 47 a 49 da LC nº 123/2006, art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais dispositivos correlatos. Por estes motivos, justifica-se a preferência local/regional ora solicitada.

2.6. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico **<http://www.licitanet.com.br>**.

- a) Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Portal de compras do município denominado **[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** para acesso ao sistema e operacionalização.
- b) O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao



órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.7. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**

- a) Que não atendam às condições desta Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas seguintes vedações:
  - 1) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2) Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;
  - 3) Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos da Lei da 14.133/2021;
  - 4) Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município, nos termos Lei da 14.133/2021;
  - 5) Estejam elencadas no art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021;
  - 6) Encontrem-se em processo de dissolução;
  - 7) Não se encaixem na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007.
  - 8) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRO DA PROPOSTA INICIAL:**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

- a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

3.11. O acesso do licitante a dispensa eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela **LICITANET (www.licitanet.com.br)**.

3.12. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a **LICITANET – Licitações On-line** e à Prefeitura Municipal de Canarana-MT a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.13. O cadastramento do licitante junto a Plataforma Eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

3.13.1. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 2512-6500 (whatsapp), (34) 3014-6633 ou pelo e-mail [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br).



3.14. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014;

3.14.1. A não declaração da licitante em referência Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014 caso se enquadre, implicará no impedimento da licitante em beneficiar-se da mesma.

#### **4. FASE DE LANCES:**

4.1. Na data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.1.1. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.2. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.2.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “**lances intermediários**” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.2.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

4.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.





5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, **conforme modelo anexo**, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- b) Apresentar um ou mais valores da proposta de preço que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
- b) Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- c) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.



5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO:**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deste aviso serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances, **o qual deverá encaminhá-los no prazo de até 02 (duas) horas após a solicitação do agente de contratação, diretamente no portal de compras do município no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** e será verificada por meio da documentação de habilitação especificados abaixo:

### **6.1.1. HABILITAÇÃO JURIDICA:**

a. cédula de identidade (RG) e CPF dos sócios (cópia) ou **CNH digital**;

b. Cópia do Certificado da Condição de MEI ou Registro comercial no caso de empresa individual (cópia **ou arquivo digital**);

c. Ato constitutivo em vigor (contrato social), devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores; (cópia **ou arquivo digital**).

\*\*\*\* *deverá apresentar o documento de constituição da empresa e as alterações posteriores quando houver, exceto se a última alteração for consolidada.*

### **6.1.2. REGULARIDADE FISCAL:**

a. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**Cartão do CNPJ**);

b. Prova de Inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual** ou **Municipal** relativa ao domicílio ou sede do proponente, compatível com o objeto contratual;

c. Prova de regularidade para com a **Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais)** e à **Seguridade Social (INSS)**, emitida pela RFB;

d. Prova de regularidade junto ao (**FGTS**);



- e. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (**SEFAZ**);
- f. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio da empresa participante;
- g. Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas – CNDT**.

#### **6.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**a. Comprovante de registro ou inscrição do proponente (empresa) e de seu responsável técnico (engenheiro (a) de segurança do trabalho, etc.) perante o CREA**, devidamente atualizado mediante a apresentação da certidão de registro de **pessoa jurídica e física**;

6.2. Será realizada a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, fornecida pelo Tribunal de Contas da União com as informações de empresas Licitantes Inidôneos, emitida no link **<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>**;

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada, nos documentos por ele abrangidos.

6.7.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.10. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações pela Lei Complementar 147/2014 de 07/08/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado **o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá após a formalização da ATA, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação nos termos lei complementar nº 123/06 - Art. 43 c/ alterações pela lei complementar 147/2014.

6.12. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

6.13. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 6.7, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.



- 6.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.15. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.16. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 6.18. Poderá ainda ser aplicado durante a realização do certame as permissões contidas nos acórdãos 1.211/2021 e 2.269/2025 ambos do TCU Tribunal de Contas da União.

## **7. CONTRATAÇÃO:**

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. Poderá ocorrer casos em que seja desnecessária a formalização de contrato, conforme o Art. 95, inciso II da Lei 14.133/2021, por tratar-se de entrega imediata e integral dos materiais de consumo e/ou dos serviços a serem executados, dos quais não resultam obrigações futuras, sendo substituído o contrato pelo empenho a ser gerado na contabilidade e a autorização de Fornecimento (AF);
- 7.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 7.3.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
  - b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
  - c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.5. O prazo de vigência da contratação é **de 90 (noventa) dias**.

## **8. SANÇÕES:**

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) Dar causa à inexecução total do contrato;
  - d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - i) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - j.1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta de atendimento ao item 8.1 “a” deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações das alíneas “A” à “L”;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas “B” à “G” do item 8.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas “H” à “L” do item 8.1, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) As peculiaridades do caso concreto;
  - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.





- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 9.1. O procedimento será divulgado no portal **www.licitanet.com.br**, no **diário oficial de contas do TCE/MT**, no **Diário oficial dos Municípios (AMM)**, no mural da Prefeitura, no portal da transparência do município e automaticamente encaminhado ao **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**, e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- a) Republicar o presente aviso com uma nova data;
  - b) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - b.1) No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - c) Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências das alíneas “a” e “b” do item 9.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (**procedimento deserto**).
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Canarana/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de referência;
- b) ANEXO II – Minuta do contrato a ser firmado.

Canarana-MT, 24 de junho de 2026.

---

**DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA**

Equipe de apoio

\*\*\* Esta assinatura digital está validando todo o edital e anexos \*\*\*  
*Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001*